



APMP ASSINA CONVÊNIO COM O PLANO BRADESCO SAÚDE

Está disponível para os associados da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) os planos/seguros de saúde da empresa Bradesco Saúde, tanto na modalidade Top Nacional quanto na modalidade Nacional Plus, sendo que esta última, além da abrangência nacional e atendimento no exterior, contempla também atendimento em hospitais de ponta em todo o Brasil, inclusive Albert Einstein e Sírio Libanês, além de envolver reembolsos em valores significativos (a exemplo de consultas médicas, com valores entre R\$ 368 e R\$ 920).

Os preços obtidos por meio desta parceria se encontram bem atrativos em relação ao que se costuma encontrar no mercado em geral, principalmente quando o associado possuir mais de um dependente - além de se poder levar a carência de operadoras congêneres, tais como Allianz, Amil, Care plus, Gama, Golden Cross, Cassi, Lincx, Marítima, Medial, MediService, Nortre Dame, One Health, Omint, Porto Seguro, SulAmérica, Tempo, Unimed e outras.

Foi firmado convênio com a Avant Corretora de Seguros, empresa que comercializa diversos tipos de seguro, inclusive Bradesco Saúde, Sulamérica e Amil. Pelo convênio, os associados da APMP poderão adquirir esses seguros saúde, além de outros seguros (veículos, vida, previdência, consórcio, entre outros) mediante tabelas diferenciadas.

Como se sabe, a APMP mantém atualmente convênio com a Unimed, por meio do qual, muitos as-

sociados são usuários. A nova parceria comercial também traz a possibilidade de, através dela, valer-se o associado das operadoras Bradesco, Amil e Sulamerica que possuem cobertura em hospital de renome nacional, entendendo ser efetivamente mais vantajoso, o que deverá ser verificado por cada associado em relação ao seu caso concreto, a fim de analisar se estar ou não a tratar de condições mais atrativas para a sua situação.

É importante esclarecer que as tabelas apresentadas, tanto em relação ao Bradesco Saúde quanto às demais operadoras, consideram opções de planos sem coparticipação, embora haja a disponibilidade de planos também em tais condições, caso seja da preferência do associado.

Caso haja interesse em contratar os serviços ou mesmo em fazer simulações para análise das condições ofertadas em suas respectivas situações, o associado deverá entrar em contato com a empresa Avant Recife Corretora de Seguros e falar diretamente com a corretora Aléssia Medeiros.

Serviço:

Aléssia Medeiros

Telefones: (83) 99822-7744 (Tim) | (83) 98782-6998 (Oi – Whatsapp) | (83) 3508-8363

Email: alessia@avantseguros.com.br

Acompanhamento Legislativo

CONAMP DEFENDE ELEIÇÃO DIRETA PARA PGJ



Durante audiência pública realizada no dia 30 de junho no Senado Federal, a presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, afirmou o posicionamento da entidade: eleição direta para o cargo de Procurador-Geral de Justiça (PGJ), com a nomeação do candidato mais votado, por voto uninominal.

O debate ocorreu por iniciativa do senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2013, que trata da nomeação do Procurador-Geral da República (PGR) e do mandato dos PGJ's, de autoria do senador Cássio Cunha Lima, líder do PMBD.

Além da presidente da Conamp, participaram representantes do Ministério Público da União (MPU), como os presidentes das Associações do MP do Distrito Federal (AMPDFT), Elísio Teixeira; do MP Militar (ANMPM), Giovanni Rattacaso; dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias; dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho. Ainda estiveram presentes os presidentes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), Lauro Machado; e da Associação Paulista do MP (APMP), Felipe Locke.

Aperfeiçoamento legal

A fala da presidente da CONAMP refletiu a conclusão dos debates realizados pelo conselho deliberativo em reunião extraordinária do dia 27 de junho.

Conforme Norma Cavalcanti, a eleição por lista tríplice para PGJ já está consolidada no âmbito do Ministério Público dos Estados. No entanto, a Conamp, desde 2013, por meio de resolução, defende alteração da Constituição Federal “para prever a escolha do PGJ através de eleição direta, pelo

voto dos integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, pelo mandato de dois anos, permitida uma recondução”.

“Em caso de aperfeiçoamento legislativo, a CONAMP apoia a eleição direta com voto uninominal da classe. Lutamos pelo fortalecimento do MP”, disse Norma.

Atualmente o chefe estadual do Executivo pode escolher um dos três candidatos que compõem a lista tríplice formada. No entanto a CONAMP recomenda às afiliadas que busquem junto ao governador a nomeação do candidato mais votado, “em prestígio à democracia interna e ao respeito à autonomia e à independência do MP”.

De acordo com a presidente da CONAMP, a eleição direta por voto uninominal para PGJ legitima a função constitucional do Ministério Público. “A escolha do chefe do MP pela classe diminuiu possíveis interferências políticas e reforça a autonomia da atuação ministerial em prol do Estado Democrático de Direito”, afirmou Norma.

O ponto de vista foi ainda reforçado pelo presidente da APMP, Felipe Locke. “Gostaríamos de ter eleição direta em que todos os membros do MP participassem. Parece-nos absolutamente democrático, republicano e muito mais representativo sob o aspecto institucional”, disse.

MPU

A lista tríplice, porém, não está consolidada no âmbito do MPU, pois a Constituição Federal de 1988 não prevê a formação de uma lista para a escolha do PGR, chefe do MPU. Atualmente, a eleição para formar a lista tríplice para escolha do PGR é organizada apenas pela ANPR e somente os membros do MP Federal votam. Os demais ramos – MPT, MPM, MPDFT – não participam do pleito.

Os presidentes da ANMPM e da AMPDFT defenderam a constitucionalização da lista tríplice para escolha do PGR. Porém disseram que, dentro do modelo atual, a formação da lista deve ser aperfeiçoada com a previsão do direito a votar e ser votado para todos os ramos do MPU.

Todos os participantes concordaram com a institucionalização da lista tríplice para escolha do PGR, mas não houve consenso quanto à duração do mandato para PGJ e PGR. O relator, Randolfe, comprometeu-se a apresentar um relatório que agregue os pontos de vista que sejam consenso e sejam positivos para o MP brasileiro.

NOVA DIRETORIA DA AMPER É EMPOSSADA



A nova diretoria da Associação dos Membros do Ministério Público do Estado de Roraima (AMPER) foi empossada na última segunda-feira (4), bem como

os novos membros do Conselho Fiscal. A composição permanecerá à frente da entidade durante o biênio 2016/2018.

Integram a diretoria o promotor de justiça Hevandro Cerrutti, que assumiu a presidência, Alessandro Tramujas Assad, vice-presidente; Marco Antônio Bordin de Azeredo, secretário e Roselis de Sousa, tesoureira.

O Conselho Fiscal ficou com a seguinte composição: os promotores de justiça Ademar Loiola Mota,

Cláudia Corrêa Parente e o promotor de justiça substituto, Diego Barroso Oquendo.

O ex-presidente da AMPER e atual secretário, Marco Antônio Bordin de Azeredo, esteve a frente da associação durante os dois últimos mandatos.

O procurador de justiça e ex-conselheiro do CNMP, Alessandro Tramujas Assad, e a procuradora-geral de Justiça, Elba Amarante, participaram da solenidade de posse.

MANOEL VICTOR SERENI MURRIETA E TAVARES É O NOVO PRESIDENTE DA AMPEP



A Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep) realizou no dia 24 de junho as eleições para assembleia geral, diretoria administrativa e conselho fiscal, biênio 2016/2018. A votação foi feita em Belém, no auditório da sede social da entidade. A chapa Defesa e Integração – Ampep Patrimônio de Todos, liderada por Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, era a única inscrita e recebeu 209 votos. A pose está prevista para a primeira quinzena de agosto.

O Conselho Fiscal terá como presidente Wilson Brandão, figurando como o mais votado com 169 votos, seguido pelos promotores de justiça Luiz Cláudio Pinho (168 votos) e Raimundo Aires (163 votos).

A Junta Eleitoral foi presidida pelo procurador de justiça Ricardo Albuquerque. Os promotores de justiça Ana Maria Magalhães e Lauro Silva Junior atuaram como membros.

Conheça a formação do corpo diretivo eleito:

Assembleia Geral

Presidente: Maria de Lourdes Silva da Silveira

Vice-presidente: Adleer Calderaro Sirotheau

Diretoria Administrativa

Presidente: Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares

Vice-presidente: Alexandre Marcus Fonseca Tourinho

Secretária: Fabia Mussi de Oliveira Lima

1º Diretor Administrativo e Financeiro: Marcelo Batista Gonçalves

2º Diretor Administrativo e Financeiro: Danyllo Pompeu Colares

Diretora Social e de Relações Públicas: Francisca Suênia Fernandes de Sá

Diretora Cultural e de Publicações: Patrícia de Fátima de Carvalho Araújo Franco Costa

Diretora de Esportes: Francys Lucy Galhardo do Vale

Diretor de Aposentados: Manoel da Silva Castelo Branco

Conselho Fiscal

Presidente: Wilson Pinheiro Brandão

Efetivos: Luiz Cláudio Pinho e Raimundo Antônio Silva Aires